De:	Direção APCP
Para:	GABPAR Correio;
Assunto:	Orçamento do Estado 2026_Parecer da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos
Data:	18 de outubro de 2025 19:24:39
Anexos:	8a0af35c.png Orçamento do Estado para 2026 Parecer da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos .pdf Memorando APCP_MCCI .pdf Manifesto pelos CPP com nota prévia.pdf
Prioridade	Alta

Senhor Presidente da Assembleia da República

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) remete o seu parece institucional a Vossa Excelência, enquanto Presidente da Assembleia da República, para conhecimento e eventual remessa às Comissões competentes, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado 2026.

Poderá encontrar **em anexo, o Parecer Institucional da APCP, com propostas concretas e baseadas em evidência para o reforço do acesso equitativo aos cuidados paliativos em Portugal**.

Juntam-se igualmente dois documentos subscritos por várias entidades e parceiros nacionais:

- Memorando APCP–MCCI, que reflete as necessidades e fragilidades identificadas pelas equipas de Cuidados Paliativos e Cuidados Paliativos Pediátricos;
- Manifesto pelos Cuidados Paliativos Pediátricos, assinado por diferentes sociedades científicas e profissionais da área, que apela à criação de condições para garantir respostas adequadas a todas as crianças e famílias que vivem com doença grave e ameaçadora da vida.

Estes documentos traduzem o consenso da comunidade científica e profissional sobre a urgência de medidas concretas e sustentáveis, capazes de transformar a intenção política em ação efetiva.

A APCP coloca-se à disposição do Governo, do Ministério da Saúde, da Direção Executiva do SNS e dos Grupos Parlamentares para colaborar tecnicamente na definição de políticas públicas que assegurem o acesso universal aos cuidados paliativos, em todas as idades e em todo o território.

--
Cordialmente,
Catarina Pazes
Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos

Orçamento do Estado para 2026
Parecer da Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP) reconhece e valoriza que o aumento do acesso aos cuidados paliativos esteja incluído entre as Grandes Opções 2025-2029 e mencionado na visão geral da missão da Saúde no Orçamento do Estado 2026. Trata-se de um sinal político positivo e de alinhamento com as recomendações nacionais e internacionais.

Contudo, o documento não apresenta medidas concretas nem dotação orçamental específica que permitam transformar esta intenção em realidade.
A referência ao "fortalecimento das redes de cuidados continuados e paliativos" mantém-se genérica, sem distinguir a natureza clínica, especializada e multidisciplinar dos Cuidados Paliativos — que não se confundem com os cuidados continuados.

Os Cuidados Paliativos são uma especialidade clínica, com base científica sólida e equipas multiprofissionais, que atua de forma integrada em todos os contextos e de forma transversal a cuidados hospitalares, comunidade (incluindo respostas sociais) e cuidados continuados.

Contexto:
O Relatório Global das Equipas de Cuidados Paliativos de Portugal (APCP, abril 2025), baseado em respostas de 41 equipas de todo o país, identifica desafios transversais:

- escassez de recursos humanos e elevada sobrecarga assistencial;
- desigualdade territorial significativa e falta de cobertura comunitária;
- ausência de carreiras, incentivos e planeamento estratégico;
- acesso muito limitado nos cuidados paliativos pediátricos.

Esta realidade demonstra que, apesar dos avanços normativos e estratégicos, as políticas públicas permanecem pouco pragmáticas, sem tradução em planos de implementação, metas operacionais ou financiamento adequado.

Recomendações
A APCP entende que este é o momento de alinhar ambição política com ação concreta. Propomos que o Orçamento e o Plano de Ação para 2026 integrem medidas específicas de reforço dos Cuidados Paliativos, com definição clara de verbas e objetivos associados, garantindo que o investimento previsto se traduza em resultados mensuráveis no terreno.

Prioridades:

1. Definir financiamento próprio e contratualização diferenciada para as equipas de Cuidados Paliativos do SNS;
2. Reforçar recursos humanos e estabilidade profissional nas equipas hospitalares, comunitárias e pediátricas;
3. Investir em infraestruturas, viaturas e sistemas de informação adequados;
4. Expandir equipas comunitárias em todas as Unidades Locais de Saúde;
5. Garantir formação contínua e obrigatória em Cuidados Paliativos para profissionais e dirigentes.

Estas ações são essenciais para concretizar o direito de cada cidadão a cuidados que aliviem o sofrimento e promovam qualidade de vida, ao longo de todo o percurso da doença.

Alinhar Portugal com as recomendações internacionais

As recomendações recentes da OCDE (2024) reforçam que o investimento público em cuidados de longa duração e paliativos é determinante para permitir que mais pessoas possam morrer em casa, ou no local por si escolhido. Enquanto a média de investimento público nos países da OCDE se situa entre 1% e 2% do PIB, Portugal investe apenas cerca de 0,25%, permanecendo entre os valores mais baixos da Europa.

A ausência de investimento consistente nesta área compromete não só a equidade no acesso, mas também a sustentabilidade do próprio Serviço Nacional de Saúde, ao perpetuar internamentos prolongados e sobrecarga hospitalar.

Compromisso da APCP

A APCP renova a sua total disponibilidade para colaborar com o Ministério da Saúde, a Direção Executiva do SNS e a Assembleia da República na construção de soluções técnicas e operacionais que tornem possível cumprir a promessa de acesso universal aos cuidados paliativos. Trata-se de um compromisso com as pessoas, as famílias e os profissionais — e com a dignidade e acessibilidade que devem marcar o sistema de saúde português.

Catarina Pazes
Presidente
Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos

2025

associação portuguesa de cuidados paliativos

MOVIMENTO CUIDAR DOS CUIDADORES INFORMAIS

Exma. Senhora Ministra da Saúde
Dra. Ana Paula Martins

Assunto: Pela necessidade urgente de reforço e equidade no acesso aos cuidados paliativos em Portugal

A Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos (APCP), com o apoio do Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais (MCCI), que congrega mais de 40 associações nacionais, dirige-se a V. Ex.ª para manifestar a sua profunda preocupação relativamente à atual situação dos Cuidados Paliativos em Portugal.

Consideramos inadiável a adoção de medidas estruturais que assegurem o direito de todas as pessoas a cuidados que lhes proporcionem qualidade de vida, conforto, dignidade e minimização do sofrimento, sobretudo nas fases da vida em que mais necessitam de apoio especializado.
Apesar do reconhecimento nacional e internacional do valor dos cuidados paliativos, o panorama atual é marcado por:

- Escassez crónica de recursos humanos, com equipas a funcionar frequentemente abaixo dos rácios mínimos recomendados, agravando o risco de exaustão e comprometendo a continuidade assistencial;
- Ausência de mecanismos eficazes de substituição por aposentação; Falta de espaços físicos e equipamentos adequados, o que compromete a dignidade dos cuidados;
- Sistemas de informação e apoio administrativo insuficientes ou desajustados; Fraca articulação entre unidades e serviços e integração limitada na rede; Situação particularmente grave nos cuidados pediátricos, onde poucas crianças têm acesso efetivo a equipas minimamente dotadas de recursos;
- Inexistência de planeamento estratégico e de mecanismos robustos de avaliação da qualidade;
- Deficiente formação de profissionais, gestores e decisores no que respeita à especificidade dos cuidados paliativos.

Em contraste com esta realidade, reconhecemos também oportunidades significativas:

- Crescente reconhecimento social e político da importância dos cuidados paliativos;
- Acesso potencial a fundos europeus e internacionais destinados ao seu desenvolvimento;
- Possibilidade de plena integração nos Cuidados de Saúde Primários, aproximando os cuidados das pessoas e das comunidades;
- Contributo decisivo para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, reduzindo a pressão sobre serviços de urgência e internamentos prolongados.

Perante este cenário, a APCP apela a V. Ex.ª para que lidere o desenvolvimento e implementação de um Plano Nacional para os Cuidados Paliativos, que contemple:

1. Incentivos específicos para equipas e profissionais, promovendo a adesão e retenção nesta área sensível;

2. Criação da carreira e progressão próprias para a Medicina Paliativa, incluindo o reconhecimento oficial da especialidade médica;

3. Investimento em estruturas físicas e equipamentos adequados à prestação de cuidados de qualidade;

4. Expansão e qualificação das equipas comunitárias, hospitalares e unidades de internamento, garantindo cobertura nacional com rácios adequados;
5. Formação dirigida a profissionais, gestores e dirigentes, promovendo uma cultura organizacional alinhada com os princípios dos cuidados paliativos.

Estas propostas resultam diretamente do estudo nacional conduzido pela APCP junto de 41 equipas de cuidados paliativos, cujos resultados identificaram de forma clara as principais ameaças, necessidades e oportunidades sentidas no terreno.

Estamos convictos de que só com um compromisso político firme e colaborativo entre o Ministério da Saúde, a Direção Executiva do SNS e demais entidades envolvidas será possível assegurar a concretização destas medidas.

A APCP coloca-se à inteira disposição de V. Ex.ª para colaborar na construção técnica e estratégica deste plano, em benefício dos doentes, das famílias, dos cuidadores informais, dos profissionais de saúde e da sustentabilidade do sistema de saúde português.

Com elevada consideração e estima,

Catarina Pazes

Presidente
Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos

Documento subscrito pelo Movimento Cuidar dos Cuidadores Informais (MCCI)

NOTA PRÉVIA

A APCP, através do seu Grupo de Apoio à Pediatria, enviou um inquérito a todas as equipas prestadoras de Cuidados Paliativos Pediátricos (CPP), no sentido de se conseguir um retrato atual da provisão de CPP em Portugal.
Após a análise dos 23 inquéritos recebidos — referentes a equipas especializadas, equipas generalistas e elos de ligação — verificou-se que os resultados contrastam significativamente com os objetivos mínimos estabelecidos no Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos em Portugal (2023-2024):

- Nenhuma das equipas funciona com os recursos humanos mínimos exigidos;
- As regiões do Alentejo e Algarve continuam praticamente desprovidas de equipas de CPP;
- A maioria das equipas não cumpre os requisitos formativos (formação teórica e/ou prática) mínimos exigidos, com lacunas particularmente evidentes ente psicólogos e assistentes sociais;
- O apoio domiciliário está acessível em 40% das equipas, sendo, na maioria dos casos, prestado de forma esporádica e limitada;
- Apesar do esforço generalizado para assegurar apoio telefónico, este é remunerado em período fora de horas apenas numa equipa - e exclusivamente graças a financiamento externo;
- O apoio em CP peri e neonatais é incipiente em quase todos os serviços de pediatria e maternidades portuguesas.

MANIFESTO PELOS CUIDADOS PALIATIVOS PEDIÁTRICOS

Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos | Leiria 2025

Os profissionais das crianças, adolescentes e jovens com doenças incuráveis e ameaçadoras da vida, com necessidades paliativas, exigem que:

1. Estas crianças, adolescentes e jovens tenham acesso atempado a equipas de cuidados paliativos pediátricos, com formação e treino nesta área.
2. Existam equipas de cuidados paliativos pediátricos (CPP) em todos os serviços de pediatria e maternidades, a nível nacional.
3. Que se reconheça a existência de equipas de CPP (especializadas ou generalistas) como um critério de qualidade assistencial.
4. Que se ofereça a possibilidade de os profissionais destas equipas terem formação e treino específicos na área e que tenham horário alocado à atividade em CPP, de acordo com as necessidades previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento para os CP 2023-2024.
5. Que as equipas especializadas tenham profissionais com dedicação exclusiva a CPP.
6. Que todas as regiões dediquem os recursos necessários (humanos, organizativos e materiais) para que se possa prestar assistência específica a todas as crianças que necessitem, com equidade.
7. Que a assistência domiciliária possa ser um recurso disponível para todas as equipas especializadas, assim como para equipas generalistas com elevado número de crianças atendidas.
8. Que se promova a articulação mais estreita entre estas equipas e outras estruturas da comunidade, nomeadamente cuidados de saúde primários e cuidados continuados, por forma a otimizar-se a continuidade e transversalidade de cuidados, mas garantindo alocação efetiva de recursos sempre que se revele necessário.
9. Que seja possível a integração de outros grupos profissionais às equipas de CPP, como terapeutas de reabilitação, nutricionistas, assistentes espirituais, com formação e tempo dedicado.
10. Que existam alternativas ao internamento hospitalar para descanso do cuidador, com profissionais capacitados para cuidar de crianças em situação de doença complexa, avançada ou com elevada dependência de tecnologia.
11. Que se tenha em conta o valor e a dificuldade do trabalho em CPP, para que se facilitem espaços e mecanismos de autocuidado e de prevenção de *burnout*.
12. Que a sociedade se abra a esta realidade e se comprometa no apoio e assistência às crianças e famílias que estão nesta situação.
13. Que as crianças e adolescentes cuja única alternativa seja a institucionalização

possam ser cuidadas por profissionais vocacionados, com formação e dedicação e num ratio que lhes permita ter tempo efetivo para prestar todos os cuidados que elas necessitam.

14. Que as escolas possam ter condições para promoverem uma inclusão real e adequada às necessidades individuais de cada criança e adolescente, mas que existam alternativas válidas, sempre que a frequência da escola não aporte benefício à condição da criança ou adolescente.

15. Que seja promovida uma verdadeira cultura interdisciplinar na abordagem destas crianças e famílias, procurando-se integrar as diferentes dimensões do cuidar no seu processo terapêutico.

16. Que o Governo coloque, definitivamente, os CPP na primeira ordem do dia, pela enorme situação de vulnerabilidade, fragilidade e intenso sofrimento em que se encontram, estas crianças e suas famílias, encarando as equipas de CPP como equipas eficientes e poderosas na melhoria da sua qualidade de vida.

17. Que se reconheça a necessidade de CP perinatais, centrados na grávida, feto e recém-nascido, garantindo presença, apoio e dignidade no percurso da gravidez e nascimento.

18. Que se volte a repensar o processo de transição dos adolescentes para equipas e serviços de adultos e sobre o seu real impacto em diversas situações.

19. Que se conte com a APCP quando se quiser legislar ou falar sobre as questões que são objeto do trabalho destes profissionais, assim como com as restantes sociedades signatárias.

20. Que se compreenda que um país com uma oferta de CPP especializada e acessível a todos será um país onde se vive melhor.

Leiria, 10 de outubro de 2025

Catarina Pazes
Presidente da APCP

Cândida Cancelinha
Coordenadora do Grupo de Apoio à Pediatria da APCP

Associações e sociedades subscritoras

Sociedade Portuguesa de Neonatologia

SOCIEDADE PORTUGUESA DE NEUROPEDIATRIA

Sociedade Portuguesa de Obstetrícia e Medicina Materno-Fetal

apmgf ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR

SSPS SOCIEDADE PORTUGUESA DE PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA E DO SONO